

EDITAL

PT2025ITAA008049503

Nos termos do disposto do n.º 7 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 40/2017, de 4 de abril, na sua atual redação, torna-se público que **FRANCISCO VÍCTOR BRÁS RAMOS**, com o número de identificação fiscal **133 530 612**, requereu, ao abrigo do artigo.17º do mencionado diploma, um Título de Atividade Aquícola (TAA), relativo a um estabelecimento de culturas em águas marinhas denominado “**PNRF 973**”, destinado ao crescimento e engorda de Amêijoa-boia - *Ruditapes decussatus* - com uma área de **2300 m²**, localizado no Parque Natural da Ria Formosa, concelho de Faro, sob a jurisdição marítima da Capitania do Porto de Faro, conforme as coordenadas e imagem seguinte.



Coordenadas Geográficas (WGS 84)						
Vértice	Latitude			Longitude		
N.º	Graus	Minutos	Segundos	Graus	Minutos	Segundos
1	N 37 °	1 '	23,15 ''	W 7 °	57 '	5,23 ''
2	N 37 °	1 '	23,48 ''	W 7 °	57 '	7,37 ''
3	N 37 °	1 '	23,62 ''	W 7 °	57 '	8,93 ''
4	N 37 °	1 '	23,84 ''	W 7 °	57 '	9,75 ''
5	N 37 °	1 '	23,19 ''	W 7 °	57 '	9,62 ''
6	N 37 °	1 '	22,89 ''	W 7 °	57 '	10,13 ''
7	N 37 °	1 '	22,48 ''	W 7 °	57 '	10,74 ''
8	N 37 °	1 '	22,97 ''	W 7 °	57 '	10,84 ''
9	N 37 °	1 '	23,27 ''	W 7 °	57 '	10,33 ''
10	N 37 °	1 '	24,00 ''	W 7 °	57 '	9,95 ''
11	N 37 °	1 '	24,74 ''	W 7 °	57 '	10,26 ''
12	N 37 °	1 '	25,13 ''	W 7 °	57 '	11,35 ''
13	N 37 °	1 '	25,21 ''	W 7 °	57 '	11,89 ''
14	N 37 °	1 '	25,43 ''	W 7 °	57 '	11,35 ''
15	N 37 °	1 '	25,15 ''	W 7 °	57 '	10,22 ''
16	N 37 °	1 '	24,11 ''	W 7 °	57 '	9,61 ''
17	N 37 °	1 '	23,95 ''	W 7 °	57 '	9,14 ''
18	N 37 °	1 '	23,53 ''	W 7 °	57 '	5,05 ''

Nos termos do n.º 15 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 40/2017, de 4 de abril, na sua atual redação, o TAA é atribuído pelo prazo máximo de 25 anos, podendo a entidade coordenadora fixar um prazo inferior, e caso haja rejeição de águas residuais em domínio hídrico, o TAA é válido pelo prazo máximo de 10 anos, nos termos do n.º 16 do artigo 13.º do referido Decreto-Lei.

A renovação do TAA, só é possível, uma única vez, por um igual período, mediante pedido fundamentado à entidade coordenadora, de acordo com o artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 40/2017, de 4 de abril.

Ao abrigo do n.º 7 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 40/2017, de 4 de abril, determina-se a abertura da consulta pública, entre 30 de dezembro de 2025 e 21 de janeiro de 2026, convidando-se todos os interessados para, querendo, requerer para si, a atribuição do TAA com o objeto e a finalidade ora publicados ou apresentar objeções à atribuição do mesmo, junto da DGRM - Av.ª Brasília, 1449-030 Lisboa, telefone 213035700, email: mail.da@dgrm.pt

A apresentação de pedidos idênticos determina a abertura de procedimento concursal entre os interessados, conforme dispõe o n.º 12 do referido artigo 13.º.

Lisboa, 19 de dezembro de 2025

P/ O Diretor-Geral,

(António Coelho Cândido)

Isabel Ventura
Isabel Ventura
Subdiretora-Geral

Ph.